



Sh

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0008390-23.2014.8.17.0000 (0346515-8)
COMARCA: VICÊNCIA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTE: ALCEU PINTO DE SOUZA
PACIENTE: VERONILSON CORREIA DA SILVA LEMOS
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRAS CAUTELARES. INADEQUAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Justifica-se a prisão preventiva no caso concreto, em que o Paciente está sendo acusado de portar arma de fogo de uso restrito, municiada, dentro de seu veículo, trafegando livremente pelas ruas da cidade, demonstrando ousadia e confiança na impunidade. Além disso, a abordagem policial se deu em razão de notícias de que o Paciente estava “envolvido na prática de crimes” em Vicência e de que “andava armado”, tendo ele dito que o fazia para proteger-se, de modo que há indícios de periculosidade e de contumácia delitiva, tal como destacado pelo juiz de primeiro grau, justificando-se o receio de que, uma vez em liberdade, torne a delinquir.

II – Mostrando-se a prisão preventiva a única medida cautelar adequada ao caso, fica



55

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

impossibilitada a concessão de liberdade provisória e a aplicação de medidas alternativas ao cárcere, insuficientes que seriam para garantir a ordem pública e prevenir a prática de novos crimes.

III – Condições pessoais favoráveis não elidem, por si sós, a custódia cautelar quando presentes os fundamentos da prisão preventiva (Súmula 86 deste Tribunal de Justiça).

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do ***Habeas Corpus* nº 0008390-23.2014.8.17.0000 (0346515-8)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 24 de 09 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



56

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0008390-23.2014.8.17.0000 (0346515-8)
COMARCA: VICÊNCIA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTE: ALCEU PINTO DE SOUZA
PACIENTE: VERONILSON CORREIA DA SILVA LEMOS
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

RELATÓRIO

Alceu Pinto de Souza, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Veronilson Correia da Silva Lemos**, qualificado à fl. 02 dos autos, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Vicência, no âmbito do Proc. nº 0000546-35.2014.8.17.1580.

Consta da inicial que o Paciente foi preso em flagrante no dia 21/07/2014, tendo sido a custódia convertida em preventiva nos autos da ação penal supramencionada, a que responde como incurso nas penas do art. 16 da Lei nº 10.826/2003¹.

Alega o Impetrante que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) não estão presentes os fundamentos da prisão preventiva, notadamente porque ele não é pessoa voltada para o crime, tratando-se de um ato isolado em sua vida; b) um motivo para a decretação da prisão foi o fato de o Paciente ser filho de um

¹ Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

1



57

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

homicida e irmão de menores infratores, o que não pode vir em seu desfavor, pois não pode ser penalizado por condutas de seus parentes; c) o Paciente possui condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, endereço certo e profissão definida; e d) cabe a substituição da custódia por outras cautelares.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 06/26**.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 33/34**.

A autoridade dita coatora prestou informações à **fl. 40**, acompanhada dos documentos de **fls. 41/45**.

Por fim, a Procuradoria de Justiça, pela **Procuradora Laíse Tarcila Rosa de Queiroz**, apresentou parecer às **fls. 48/50**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



58

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0008390-23.2014.8.17.0000 (0346515-8)
COMARCA: VICÊNCIA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTE: ALCEU PINTO DE SOUZA
PACIENTE: VERONILSON CORREIA DA SILVA LEMOS
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO

Extraí-se dos autos, sobretudo das informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, que o Paciente foi denunciado (fls. 41/42), pelo seguinte fato: no dia 21/07/2014, por volta das 11h05, na Rua Vigário Rego, centro de Vicência, foi preso em flagrante portando um rifle calibre 44, arma de uso restrito, com duas munições intactas e um estojo de munição, todos do mesmo calibre, sem marca e numeração aparentes. Segundo a denúncia, policiais militares estavam realizando patrulhamento no centro comercial quando viram o Paciente guiando um veículo em atitude suspeita, decidindo segui-lo, e, ao fazerem a abordagem, encontraram no interior do automóvel a arma de fogo apreendida.

Por meio de advogado constituído, o Paciente apresentou pedido de liberdade provisória, que contou com parecer ministerial desfavorável, nos seguintes termos (fls. 20/24):

"(...) percebe-se que a segregação do autuado mostra-se necessária, pelo menos nesse momento, para garantir a ordem pública, vez que há notícia nos autos de que o mesmo é contumaz na prática de outros delitos, bem como costumava andar armado, conforme se constata das declarações dos

CT-3



59

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Policiais Militares às fls. 02 e 05, inclusive foram esses fatos que motivaram os policiais abordarem o autuado.

Outrossim, ter uma arma de fogo de uso restrito para se defender, como alegou o autuado quando ouvido perante a Autoridade Policial, é indício da periculosidade do agente.

Ressalte-se que o autuado é filho de José Manoel de Lemos, conhecido como 'Zé Mané', pessoa de alta periculosidade, que responde a vários processos criminais, além de ser irmão dos adolescentes conhecidos como 'Puiga' e 'Dó', os quais são autores de diversos atos infracionais. Frise-se que ser filho e irmão dessas pessoas, por si só, não é justificativa para decretação da custódia cautelar. Essa deve ser decretada ante a periculosidade do crime e do agente, haja vista, repita-se, existir notícia na Polícia local de que o autuado é autor de outros delitos, conforme afirmado pelo Policial Militar que efetuou sua prisão em flagrante."

No dia 30/07/2014 (fls. 25/26), a autoridade apontada como coatora converteu a prisão em flagrante em preventiva, reconhecendo a prova da existência do crime e a presença de indícios suficientes de autoria, bem como ressaltando a necessidade da custódia como forma de garantir a ordem pública, sobretudo diante da notícia de ser o Paciente contumaz na prática delitiva.

Da análise dessa decisão, verifico que a autoridade apontada como coatora, ainda que sucintamente, apresentou fundamentação suficiente para a manutenção da custódia cautelar ora impugnada.



60

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Com efeito, infere-se dos autos que o Paciente está sendo acusado de portar arma de fogo de uso restrito, municiada, dentro de seu veículo, trafegando livremente pelas ruas da cidade, demonstrando ousadia e confiança na impunidade. Além disso, como bem ressaltado pela promotora de justiça, a abordagem policial se deu em razão de notícias de que o Paciente estava "envolvido na prática de crimes" (fl. 06) em Vicência e de que "andava armado" (fl. 08), tendo ele dito que o fazia para proteger-se, de modo que há indícios de periculosidade e de contumácia delitiva, tal como destacado pelo juiz de primeiro grau.

Perceba-se, outrossim, que, ao contrário do sustentado pelo Impetrante, a periculosidade de seu genitor e os atos infracionais imputados aos seus irmãos não foram a causa preponderante da conversão da prisão em flagrante em preventiva. Tal informação consistiu apenas num detalhe acrescentado ao parecer do Ministério Público de primeira instância e sequer constou da decisão aqui combatida, a qual justificou a prisão cautelar diante do risco de reiteração delitiva, como visto.

De fato, os elementos acima expostos apontam para a necessidade da segregação, uma vez que, solto, o Paciente encontraria os mesmos estímulos para tornar a delinquir.

Corroborando o entendimento aqui manifestado, vale trazer à colação o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO RESTRITO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

et 5



65

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES.
CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.
IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES.

1. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do recorrente, caracterizada pelo *modus operandi*, uma vez que na companhia do corréu, foi surpreendido em uma blitz rodoviária, na posse de armas de uso restrito, com numeração suprimida, localizadas em compartimento secreto do automóvel.

2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.

3. Recurso em habeas corpus a que se nega provimento.”²

Considero, ainda, pelas razões já expostas e com base nos artigos 282, incisos I e II, e § 6º³, que a prisão preventiva mostra-se a única medida cautelar adequada ao caso, ficando impossibilitadas a concessão da liberdade provisória e a aplicação de medidas alternativas ao cárcere, insuficientes que seriam para garantir a ordem pública e prevenir a prática de novos crimes.

² STJ, RHC 37251/SP, rel. Min. Moura Ribeiro, Quinta Turma, DJe 23/09/2013.

³ Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;

II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. (...)

§ 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).



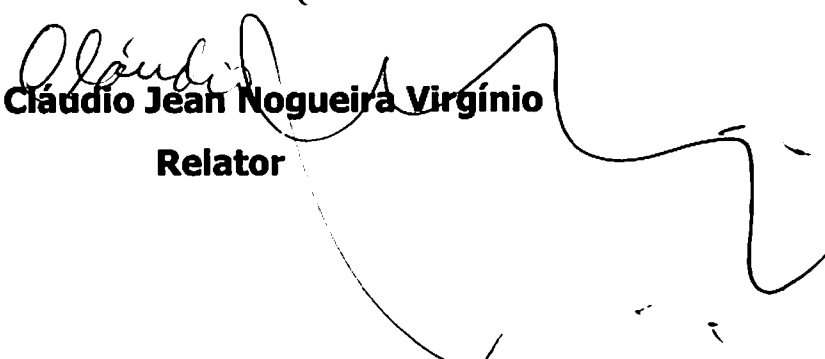
62

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Por fim, em consonância com a Súmula 86 deste Tribunal de Justiça⁴, as condições pessoais favoráveis alegadas pelo Impetrante não elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os fundamentos da prisão preventiva, o que é o caso dos autos.

Diante do exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 24 de 09 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

⁴ **Súmula 86.** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.